



## CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

### Ata da 35ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Extraordinária

1 Ao décimo segundo dia do mês de março de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas,  
2 iniciou-se a trigésima quinta plenária extraordinária, realizada virtualmente, do  
3 décimo oitavo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram nessa  
4 ocasião: Alessandra Santos de Almeida, Ana Paula Soares da Silva, Ana Sandra  
5 Fernandes Arcoverde Nóbrega, Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Antonio  
6 Virgílio Bittencourt Bastos, Célia Zenaide da Silva, Dalcira Pereira Ferrão, Isabela  
7 Saraiva de Queiroz, Izabel Augusta Hazin Pires, Katya Luciane de Oliveira, Losiley  
8 Alves Pinheiro, Maria de Jesus Moura, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marina de Pol  
9 Poniwias, Marisa Helena Alves, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Norma Celiane  
10 Cosmo, Robenilson Moura Barreto, Rodrigo Acioli Moura e Tahiná-Khan Lima  
11 Vianey. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega inicia a reunião saudando as<sup>1</sup>  
12 participantes e informa que Adinete Souza da Costa Mezzalira não pode participar  
13 por motivo de força maior. A justificativa foi aceita pelo plenário. **1. ADI 3481 -**  
14 **RESOLUÇÃO CFP Nº 2/2003 (COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE**  
15 **MANUAIS DE TESTES PSICOLÓGICOS).** Ana Sandra comenta que nesta  
16 manhã aconteceu a reunião de Presidentes, com a participação do jurídico de quase  
17 todos os regionais, e destaca que foi bastante importante a participação deles. A  
18 conselheira explica que o objetivo maior da reunião foi unir os regionais,  
19 contribuindo para o fortalecimento do Sistema e acrescenta que a minuta da Nota  
20 divulgada para a categoria sobre a ADI foi apresentada, e que foi solicitado que eles  
21 se articularassem com seus respectivos coletivos, contribuindo para a difusão da mesma  
22 e elucidação de dúvidas que porventura cheguem aos regionais. Ana Sandra  
23 menciona que os regionais quatro, quatorze, quinze, dezessete, dezoito, dezenove e  
24 vinte e dois já se posicionaram pela assinatura conjunta da Nota, e também informa  
25 que haverá uma reunião da CCAP (Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica)  
26 com as Comissões de Avaliação Psicológica dos Regionais, para falar a respeito dos  
27 aspectos técnicos dessa ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), pois é de suma  
28 importância que todas estejam cientes das possibilidades e alternativas viáveis que,  
29 partindo de aspectos técnicos, possam garantir o caráter privativo dos testes. Antonio  
30 Virgílio Bittencourt Bastos comenta que no FENPB (Fórum de Entidades Nacionais  
31 da Psicologia Brasileira) houve diversas reações, além de questionamentos e críticas à

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

32 live realizada pelo CFP, uma vez que algumas entidades se sentiram excluídas, por  
33 não terem sido convidadas para debater o assunto. Antonio destaca que a minuta da  
34 Nota será enviada ao FENPB para ser debatida na próxima reunião, que acontecerá na  
35 segunda feira, e pede que a diretoria do CFP participe. Ana Sandra comenta que é  
36 necessário estabelecer uma estratégia de atuação do CFP, e indica que, a seu ver, a  
37 primeira ação é soltar a Nota, porém pondera que por ser um material denso, seria  
38 importante criar uma campanha de comunicação, destacando pontos importantes,  
39 bem como verdades e mentiras a respeito desse assunto. A conselheira também  
40 comenta que uma segunda ação seria a criação de um Projeto de Lei, mas ponderou a  
41 atual conjuntura. Alessandra Santos de Almeida aponta para a campanha eleitoral  
42 implícita que já está acontecendo no Sistema Conselhos, percebida por meio das  
43 publicações que vêm sendo veiculadas nas redes sociais de algumas psicólogas, e  
44 aponta para a necessidade de se fazer uma campanha massiva de valorização da  
45 profissão. Além disso, ela sugere a elaboração de alguns vídeos, para divulgação nas  
46 redes sociais e Whats App. Em relação ao Projeto de Lei ela aponta para a  
47 possibilidade de articular com parceiros políticos, e acredita ser positiva essa  
48 iniciativa, mesmo sendo algo bastante perigoso. Maria de Jesus Moura registra a  
49 necessidade de fazer desse momento, um momento de união e sugere a produção de  
50 um vídeo, com a fala da Ana Sandra, com um caráter mais inclusivo e acolhedor,  
51 apontando para os documentos que foram produzidos pelo CFP. Além disso, ela  
52 sugere a elaboração de vídeos curtos, com perguntas e respostas para veiculação e a  
53 produção de uma live para dialogar com a categoria. Marina de Pol Poniwas endossa  
54 a ideia da campanha de comunicação a fim de atingir o maior número de profissionais  
55 possível, e sugere também a veiculação de uma campanha de mobilização em relação  
56 ao PL, elucidando pontos específicos que ele aborda, porém, ela pede cuidado na sua  
57 abordagem política. Além disso, ela sugere uma campanha com abordagem ampliada  
58 em relação à Avaliação Psicológica como um todo, além de abordar a decisão do  
59 Supremo Tribunal Federal. Izabel Augusta Hazin Pires registra que ela está de acordo  
60 com todas as falas anteriores, e aponta para o grupo de trabalho que foi criado,  
61 composto pelo CFP e entidades do FENPB, que também pode ser utilizado para dar  
62 visibilidade a essa campanha. Em relação ao Projeto de Lei, ela destaca o prazo de  
63 produção e tramitação, e posiciona-se favorável à essa iniciativa, mesmo sendo algo  
64 arriscado. Antonio Virgílio reforça que é preciso soltar a Nota, além de fazer uma  
65 campanha de comunicação em pequenas pílulas, por meio de vídeos, cards, entre  
66 outros, para passar de maneira objetiva as informações para a categoria, admitindo  
67 que o CFP estava extrapolando o poder de legislar, e abordando o motivo de o  
68 Sistema Conselhos ter adotado estes posicionamentos até o momento. Além disso,  
69 Virgílio aponta para a necessidade de o CFP direcionar os esforços e ações para dar  
70 destaque para a pauta da Avaliação Psicológica, focando tanto nos benefícios para a  
71 sociedade quanto para o trabalho da categoria. Em relação ao Projeto de Lei, Virgílio  
72 pede cautela e aponta para a característica de que os testes psicológicos são  
73 instrumentos tecnológicos de intervenção, e por isso tem que ter outro tipo

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

74 tratamento. Por fim, Antonio Virgílio pede que o CFP e a CCAP reflitam sobre qual  
75 seria a estratégia de atuação, caso não consigam a suspensão desta liberação. Ele  
76 sugere, como uma das estratégias, uma negociação com as editoras, lembrando que  
77 caso o público tenha acesso a esses documentos, a categoria deixará de utilizá-los.  
78 Katya Luciane de Oliveira reforça as falas anteriores, especialmente a fala do  
79 Antonio Virgílio, que sugere o direcionamento dos esforços e ações dando destaque  
80 para as pautas da Avaliação Psicológica. A conselheira ainda aponta para a  
81 necessidade de se fazer essa conversa com as editoras, porém pondera o interesse  
82 mercantil que elas possuem em relação a esta pauta. Ana Sandra sugere um debate  
83 para elaboração de uma defesa, pensando os testes psicológicos enquanto  
84 instrumentos tecnológicos de intervenção, conforme Antonio Virgílio mencionou.  
85 Ela ainda elucida o peso da propositura de um PL nesse momento, podendo este ser  
86 visto como um fato esperançoso para a categoria, por meio de uma articulação com  
87 entidades e lideranças da área. Ana Paula Soares da Silva registra sua preocupação no  
88 sentido de as discussões misturarem diferentes objetivos. A conselheira comenta que  
89 a ADI trouxe diversos elementos para o CFP repensar sua pauta, e questiona como se  
90 dá o processo de visibilidade dessas pautas dentro do Sistema Conselhos. Mais  
91 especificamente em relação à ADI, Ana Paula destaca alguns pontos focais.  
92 Primeiro, a perda da restrição de comercialização; e indaga qual era o motivo de o  
93 CFP defender sua restrição até o momento. Para ela, essa indagação e esses motivos  
94 baseariam a linha mestre do PL. Segundo, a necessidade de o CFP dar uma resposta à  
95 categoria mostrando o quê e o porquê de tudo que foi feito até o momento, em  
96 relação a essa ADI. Terceiro, delinear as ações institucionais que precisam ser  
97 tomadas, em função dos impactos da ADI, revendo resoluções, conversando com a  
98 categoria, com instituições formadoras, entre outras, a fim de garantir e defender a  
99 integridade dos testes. Quarto, fazer uma prestação de contas transparente dessa  
100 gestão. Por fim, a conselheira finaliza sua fala apontando para a necessidade de se  
101 fazer distinções entre cada um desses pontos focais por ela apontados, tendo em  
102 mente que, para cada um deles será necessário um conjunto de respostas, que levará a  
103 um redimensionamento da Avaliação Psicológica no Sistema Conselhos nos  
104 próximos anos. Antonio Virgílio retoma a possibilidade de o CFP protagonizar a  
105 iniciativa do PL, porém convida todos a amadurecerem a ideia e o foco que teria esse  
106 PL, e relembra que ele precisa ser muito bem pensado, para não ser considerado  
107 anticonstitucional antes mesmo de passar pela CCJ (Comissão de Constituição e  
108 Justiça e de Cidadania). Ele sugere aguardar a próxima reunião do FENPB para  
109 amadurecer a ponto focal do PL, lembrando que tentar alterar alguma lei seria um  
110 grande risco, podendo estar já fadado ao fracasso. Antônio Escrivão, Assessor  
111 Jurídico do CFP, relembra que Alexandre de Moraes declarou, significa que apenas  
112 reconhece, que a inconstitucionalidade é da matéria, ou seja, não importa em qual  
113 resolução ela esteja, ela sempre será inconstitucional. Ele reforça que de todo o texto  
114 da resolução, apenas dois pontos foram derrubados: restrição de comercialização e o  
115 controle sobre a venda. Frente a isso, ele sugere que a CCAP inclua isso na Nota que

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

116 será divulgada, destacando o que continua valendo da resolução. Para Antonio  
117 Escrivão, a linha de defesa do CFP seria buscar a regulamentação da comercialização,  
118 mas aponta para a grande possibilidade de esse controle passar para uma agência  
119 reguladora vinculada ao Poder Executivo. Ele aponta, ainda, para o caminho de se  
120 buscar formas e modelos na legislação, a fim de regulamentar o uso de tecnologias  
121 profissionais com potencial lesivo para o consumidor. Por fim, Antonio relembra que  
122 não existe direito adquirido quando se fala em direito disposto em Lei Federal, pois a  
123 qualquer momento as circunstâncias podem mudar e esse direito deixar de existir.  
124 **Encaminhamentos:** a) Plenário aprovou a publicação da Nota, logo após a  
125 consolidação das contribuições dos regionais; b) O CFP deve iniciar uma sondagem e  
126 conversas com os parceiros da Psicologia e lideranças políticas, para avaliar melhor  
127 qual seria a linha mestra do PL, colocando os testes como instrumento científico,  
128 porém devem ser avaliados os riscos bem como os melhores argumentos. **2.**  
129 **CAMPANHA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - PROPOSTA DE**  
130 **AÇÕES PARTE 2.** Maria de Jesus relembra que vários produtos dessa campanha já  
131 foram aprovados pelo plenário, mas que alguns ficaram pendentes, pois precisaram  
132 passar por alguns ajustes. Ela prossegue com a apresentação detalhada da  
133 formatação, eixos, temas e convidados do Livro, Seminário e do Prêmio. Em relação  
134 à publicação, ela revela que será um livro com o título “A Psicologia Brasileira na  
135 Luta Antirracista” com dois volumes, em função da quantidade de material  
136 selecionado no Prêmio Profissional Virgínia Bicudo. Ela acrescenta que o livro se  
137 propõe a ser um marco histórico-político e teórico técnico do Sistema Conselhos, nas  
138 discussões sobre relações étnico-raciais e na luta antirracista. Em relação ao  
139 Seminário, Maria explica que ele será o “I Seminário Nacional: Psicologia e  
140 Enfrentamento ao Racismo”, realizado virtualmente, ao longo de doze encontros,  
141 tendo uma carga horária total de vinte e quatro horas, direcionado prioritariamente  
142 para as colaboradoras dos regionais, mas que poderá ser acessado pela categoria  
143 posteriormente por meio do YouTube. Em relação ao prêmio profissional, Maria  
144 comenta que a proposta é promover um concurso sobre estudos e ações de coletivos e  
145 grupos que envolvam a Psicologia e as Relações Raciais, fundamentadas nos Direitos  
146 Humanos, e que tenham impacto na saúde mental, na redução das desigualdades  
147 sociais e no posicionamento antirracista. Ela finaliza explicando que a ideia é  
148 premiar dois artigos por região, totalizando dez artigos premiados. Tais artigos  
149 vencedores serão publicados no livro mencionado anteriormente. Ana Sandra fez  
150 alguns questionamentos a respeito do livro, como por exemplo quais foram os  
151 critérios utilizados para selecionar as autoras, e como será regulamentada a  
152 contribuição quando as convidadas não aparecem como autoras. Ana Sandra sugere  
153 que para futuras produções seja lançado um edital com o intuito de evitar problemas e  
154 possíveis críticas. Houve um debate no plenário a respeito dos produtos propostos  
155 pela Comissão de Direitos Humanos, especialmente no tocante à menção da autoria  
156 dos textos do livro, bem como ao procedimento de escolha dessas autoras.  
157 **Encaminhamentos:** a) O livro foi aprovado, porém devem ser substituídas as

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

158 indicações dos nomes do plenário e da CDH por convidadas e sua linha do tempo  
159 deve ser assinada pela CDH; b) Ficou acordado a construção de critérios para as  
160 futuras publicações do CFP, como por exemplo por meio de Edital; c) O Seminário  
161 foi aprovado conforme proposta apresentada; d) Prêmio Profissional Virgínia Bicudo  
162 foi aprovado conforme proposta apresentada. A reunião plenária foi encerrada às  
163 dezenove horas e quinze minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Isabel Augusta Hazin  
164 Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todos as presentes nomeadas.

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente**, em 09/05/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Zenaide da Silva, Conselheira(o)**, em 13/05/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 16/05/2022, às 02:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robenilson Moura Barreto, Conselheira(o)**, em 18/05/2022, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tahina-Khan Lima Vianey, Conselheira(o)**, em 20/05/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Losiley Alves Pinheiro, Conselheira(o)**, em 24/05/2022, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 26/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 11/06/2022, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 14/06/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria De Jesus Moura, Conselheira(o)**, em 04/07/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 27/07/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0546249** e o código CRC **1717B1EC**.